

Surpresa nos contratos de telefonia

Os estados ainda tinham contratos de telefonia antigos, licitados antes da privatização, em 1998. Quando finalmente licitaram o serviço, economizaram bem mais do que esperavam.

Quando o governador Sérgio Cabral (PMDB) assumiu o Rio de Janeiro, em 2007, encontrou um déficit fiscal de R\$ 1,8 bilhão. Os assessores, disse Sérgio, deveriam buscar alternativas para o governo economizar.

Os assessores avaliaram em primeiro lugar itens de despesas como água, luz, limpeza e telefonia. Os funcionários da Casa Civil ficaram responsáveis pela questão da telefonia, pois fariam uma mudança que afetaria os órgãos diretos e indiretos da administração, as secretarias, as empresas públicas, as autarquias.

Os técnicos da Casa Civil não sabiam quanto o estado gastava com telefonia fixa e móvel, pois o governo do Rio de Janeiro não tinha um controle centralizado da telefonia. O governo do Rio tem 22 secretarias e 51 entidades vinculadas — cada uma delas usava e gerenciava a telefonia do seu jeito. A única coisa que os técnicos da Casa Civil sabiam era que o contrato de telefonia era antigo, assinado com a Telerj antes da privatização das telecomunicações, em 1998. Desde então, o Rio nunca mais fez uma licitação de telefonia.

Olhando as contas

Outros governos também tinham contratos de telefonia de antes da privatização. Em Santa Catarina, o governo gastava R\$ 70 milhões por ano com a telefonia e a rede antiga não suportava vários sistemas de governo eletrônico que o governo de Santa Catarina queria instalar. O governo de Santa Catarina decidiu rever o contrato de telefonia — assim como o de Minas Gerais, o de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

Para descobrir quanto o governo do Rio de

Janeiro gastava com telefonia, os técnicos da Casa Civil pediram que os órgãos do governo informassem o valor da conta telefônica fixa e móvel dos últimos seis meses. Segundo Marco Antônio Horta, sub-secretário de gestão da Casa Civil, os técnicos da Casa Civil precisaram de dois meses para conseguir finalizar o estudo — os órgãos demoraram para mandar as informações. Pelo levantamento, estimaram que o governo do Rio de Janeiro, em 2006, gastava em torno de R\$ 74,2 milhões por ano com telefonia.

Com as informações, Marco Antônio e a equipe da Casa Civil escreveram uma licitação que seria usada por todos os órgãos do governo, seguindo a modalidade de registro de preços.

Na licitação, a Casa Civil contrataria um serviço integrado de telefonia fixa e móvel para que os funcionários do governo, dentro da área do estado, falassem entre si como se discassem um ramal. Na licitação, o governo também negociaria o valor das ligações para telefones fixos e móveis fora do governo. A operadora vencedora também teria de dar os telefones em comodato e fornecer relatórios detalhados de todo o tráfego de telefonia do governo.

Luta pelo contrato

O pregão presencial ficou marcado para 24 de março de 2008, uma segunda-feira, às 14 horas, no auditório do prédio anexo ao complexo Guanabara, no Rio de Janeiro. Quem quisesse, podia assistir. Os representantes do consórcio Oi/Telemar e do consórcio Embratel/Claro estavam presentes. “Eles foram com um batalhão de advogados, técnicos, especialistas.”

O pregoeiro abriu os envelopes com os lances iniciais e começou a perguntar, alternadamente, para um e para outro representante de operadora se eles queriam baixar o preço. O primeiro lance, diz Marco Antônio, foi de R\$ 55 milhões. “A partir daí, as operadoras foram baixando o preço.”

O consórcio Oi/Telemar já prestava serviço de telefonia para o governo do Rio — “era o maior contrato da Telemar, em termos de valor”, diz Regis Fichtner, secretário-chefe da Casa Civil do Rio. O consórcio Embratel/Claro, por sua vez, queria o governo como cliente.

Até agosto de 2007, a Claro participava de no máximo dez licitações por mês. Deixava de disputar várias licitações e os adversários faturavam milhões de reais sem enfrentar concorrência. Em agosto, a Claro contratou Sérgio Pelegrino, diretor de vendas; e Sérgio montou uma equipe para concorrer em licitações. Hoje, a Claro entra em 100% das licitações.

O pregão do Rio de Janeiro se estendeu até quarta-feira, 26 de março, às 19 horas. Os competidores deram quase 3 mil lances. No final, a diferença entre os lances era de R\$ 1 mil. No fim da licitação, o governo conseguiu o serviço de telefonia fixa e móvel, incluindo serviços de gestão e telefones, por R\$ 8,9 milhões ao ano. A Oi ganhou.

Depois de perder o contrato no Rio de Janeiro, a Claro participou de outra licitação no final de abril. O governo de Santa Catarina licitava 3 mil acessos. Até então, a TIM fornecia o serviço; cobrava mais ou menos R\$ 5 milhões por ano. O leilão durou o dia inteiro. TIM, Claro e Vivo foram até o último lance. Dessa vez, a Claro ganhou: vai cobrar R\$ 700 mil por ano.

A briga das operadoras continuou. A Claro disputou com a Vivo em Minas Gerais; o governo mineiro licitava o serviço de telefonia móvel. A Embratel ganhou a parte de longa distância por R\$ 2,9 milhões. Na parte de ligações celulares locais, contudo, Vivo e Claro ficaram até o último lance (TIM e Oi desistiram antes). O valor previsto era de R\$ 7 milhões. A Claro perdeu de novo e a Vivo levou. Dessa vez, a Vivo ofereceu fornecer telefonia para 6 mil pessoas de graça. Os funcionários públicos de Minas vão receber um aparelho celular por nada e vão pagar nada por ligações locais. Em 30 de maio, o governo de

Minas Gerais homologou, para a Vivo, a primeira licitação a preço zero.

Quando o governo do Estado de São Paulo licitou o serviço de telefonia, a Vivo e a Claro ofereceram o serviço de graça. Em jogo, estavam 6 mil linhas celulares, com a possibilidade de ampliar para 12 mil. Os representantes das operadoras subiram nas cadeiras, xingaram uns aos outros. No fim, a licitação foi cancelada — o edital não previa mecanismos de desempate. O governo de São Paulo refez a licitação em novembro. Dessa vez, contratou 22.450 celulares (entre aparelhos comuns, PDA e smart phones) e, além do serviço de voz, serviço de dados móvel e conexão com a Internet por celular. Nenhuma operadora ofereceu o serviço de graça.

Válido por um ano

No Rio de Janeiro, os técnicos da Casa Civil não conseguiram a telefonia de graça, mas conseguiram uma economia bem maior do que a esperada. A expectativa do governo, diz Marco Antônio, era conseguir uma economia de 30% a 40% no custo da telefonia. No fim, conseguiu uma economia de 88%.

Em paralelo à licitação, o governador Sérgio Cabral fez um decreto que obriga todos os órgãos estaduais do Rio de Janeiro a aderir ao registro de preços de telefonia. (O registro vale por um ano.) O decreto também estabelece regras para o uso do telefone. Agora, explica Marco Antônio, cada órgão tem uma quantidade máxima de ramais que pode ter por funcionário; nem todo funcionário pode ligar para fora do governo — ou para fora do estado.

O controle operacional da conta telefônica do Rio de Janeiro foi centralizado no Departamento de Telecomunicações, o Detel, vinculado à Casa Civil. O Detel já existia, mas antes não conseguia controlar as contas telefônicas do estado. No futuro, diz Marco Antônio, se precisar licitar a telefonia novamente, o governo já terá todas as informações do tráfego em mãos. “É informação estratégica numa licitação.”

No fim, Marco Antônio confirmou o que já sabia: “Concorrência é a melhor coisa do mundo.”